



Presos deixam o Carandiru, em 2002: para AI, condições do sistema carcerário brasileiro são "desumanas, cruéis e degradantes"

# Para Anistia, Brasil e EUA violam direitos humanos

Relatório diz que abusos cometidos se parecem com os que ocorrem no Iraque

**P**ara o inglês Tim Cahill, 36 – pesquisador sobre o Brasil da Anistia Internacional (AI) –, as violações de direitos humanos cometidas na guerra contra o terrorismo liderada pelos EUA e na luta do governo brasileiro contra a violência urbana são muito parecidas. Cahill divulgou ontem, em Londres, seu relatório anual sobre o desrespeito aos direitos humanos, em 2003, em todo o mundo.

Segundo o pesquisador, tanto os EUA como o Brasil negam direitos protegidos pelo direito internacional. "Essencialmente, o discurso em

prol da segurança tem sido adotado para justificar o uso de métodos de repressão e discriminação – o que tem contribuído para violações de direitos humanos", afirmou. "Os abusos são parecidos: a tortura, as mortes ilegais, as más condições de detenção", citou.

**SUPERLOTAÇÃO** – De acordo com o relatório, as condições do sistema carcerário brasileiro são desumanas, cruéis e degradantes. Segundo a AI, os presos e os adolescentes privados de liberdade relataram problemas como superlotação, más condições sanitárias,

acesso limitado a serviços de saúde, tortura e rebeliões. Cerca de 285 mil pessoas são mantidas em um sistema prisional construído para acomodar 180 mil.

No relatório, a AI mostrou ainda preocupação com relação ao Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), medida que permite que presos de alta periculosidade sejam confinados em um regime sem comunicação por até um ano.

O relatório aponta que defensores dos direitos humanos foram ameaçados no Brasil ao longo de 2003. A AI citou o homicídio, em março do ano pas-

sado, do juiz Alexandre Martins, do Espírito Santo, envolvido em investigações sobre o crime organizado e na suposta existência de "esquadrões da morte". Autoridades disseram, na ocasião, que a morte estaria ligada à prisão de um coronel reformado da PM.

Em junho, a Secretaria Especial da Presidência para os Direitos Humanos designou uma comissão, composta por autoridades federais e estaduais, bem como por integrantes da sociedade civil, para elaborar um plano nacional de proteção para os defensores dos direitos humanos.